

Curso: O Juiz e a Atividade Notarial e Registral – Curso compartilhado da ENFAM

Modalidade: Educação à distância - EaD

Período: 12 de agosto a 24 de setembro de 2019

Carga Horária: 50 horas

Tutoria: **Ana Conceição Barbuda**. Juíza do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

PROGRAMAÇÃO

Ambientação

Período: 12 e 13 de agosto de 2019

CH: 02 horas

1ª etapa – Teoria geral da atividade notarial e registral

Período: 14 a 20 de agosto

CH: 08 horas

Conteúdo Programático: Atividade Registral, Notarial e Constituição Federal: natureza e importância. Distinção entre direito notarial e registral. Princípios gerais, legislação e atos normativos. A ética nas relações registrares e notariais. O Juiz em face dos serviços extrajudiciais: características e fundamentação da atuação do poder judiciário. O juiz corregedor permanente, as corregedorias estaduais e o CNJ. Regime jurídico dos delegatários. Os principais agentes dos serviços extrajudiciais: delegatário, interino e interventor. As diversas espécies de responsabilidade no exercício das atividades.

Metodologia: Metodologia participativa por meio de debates virtuais realizados no Fórum de Discussão (fatos reais do dia a dia, jurisprudência, questões complexas propostas para discussão).

Avaliação de aprendizagem: Questão formativa apresentada ao final de cada unidade e baseada na discussão teórica/prática dos temas propostos. Estudo de Casos.

2ª etapa – Registro Civil de Pessoas Naturais e Registro Civil de Pessoas Jurídicas e Títulos e Documentos

Período: 21 a 27 de agosto

CH: 08 horas

Conteúdo Programático: Atos do Registro Civil: Registros, Averbações, Anotações e Comunicações. Atribuições e Livros do RCPN. Nascimentos.

Casamentos. Óbitos. Emancipação e Interdição. A erradicação do sub-registro e as Unidades Interligadas. A condição do estrangeiro. Pessoas Jurídicas Sujeitas ao Registro Civil. Requisitos. Registros dos atos constitutivos das sociedades, fundações, partidos políticos e entidades religiosas. Matrículas de Jornais, Oficinas Imppressoras, Empresas de Radiodifusão e Agências Noticiosas. Livros do RCPJ. Atribuições e Livros do RTD. Notificações. Registro de animais.

Metodologia: Metodologia participativa por meio de debates virtuais realizados no Fórum de Discussão (fatos reais do dia a dia, jurisprudência, questões complexas propostas para discussão).

Avaliação de aprendizagem: Questão Formativa apresentada ao final de cada unidade e baseada na discussão teórica/prática dos temas propostos. Estudo de Casos.

3ª etapa – Tabelionato de notas e tabelionato de protestos

Período: 28 de agosto a 03 de setembro

CH: 08 horas

Conteúdo Programático: Atividade notarial no Brasil. Princípios específicos, livros, atos e formalidades, comunicações obrigatórias. Aspectos conceituais e evolução histórica da atividade. Finalidades do protesto. Atribuições. Princípios específicos. Livros. Sustação, suspensão e cancelamento. Gestão documental.

Metodologia: Metodologia participativa por meio de debates virtuais realizados no Fórum de Discussão (fatos reais do dia a dia, jurisprudência, questões complexas propostas para discussão).

Avaliação de aprendizagem: Questão Formativa apresentada ao final de cada unidade e baseada na discussão teórica/prática dos temas propostos. Estudo de Casos.

4ª etapa – Registro de imóveis

Período: 04 a 10 de setembro

CH: 08 horas

Conteúdo Programático: Serventias de registro imobiliário: atribuições. Sistema de registro imobiliário. Princípio registrais. Escrituração e livros. Qualificação registral e o processo de registro protocolo. Matrícula: conceito

e elementos. Unicidade. Abertura. Alteração e bloqueio. Processo de suscitação de dúvida. Retificações e averbações.

Metodologia: Metodologia participativa por meio de debates virtuais realizados no Fórum de Discussão (fatos reais do dia a dia, jurisprudência, questões complexas propostas para discussão).

Avaliação de aprendizagem: Questão Formativa apresentada ao final de cada unidade e baseada na discussão teórica/prática dos temas propostos. Estudo de Casos.

5ª etapa – As práticas correccionais no serviço extrajudicial

Período: 11 a 17 de setembro

CH: 08 horas

Conteúdo Programático: Atividade fiscalizatória e o exercício do poder/dever de fiscalização. Das práticas correccionais no serviço notarial e registral: inspeções, correições (ordinárias extraordinárias). Aspectos materiais da atividade fiscalizatória, a exemplo de acessibilidade, estrutura física, gestão documental, cobrança de emolumentos, selos, fundos e tributos, dentre outros. O Poder Judiciário, os delegatários e os demais, com escopo dadesjudicialização e prevenção de litígios. Estrutura e elementos indispensáveis e o plano orientador das correições dos serviços.

Metodologia: Metodologia participativa por meio de debates virtuais realizados no Fórum de Discussão (fatos reais do dia a dia, jurisprudência, questões complexas propostas para discussão).

Avaliação de aprendizagem: Questão Formativa apresentada ao final de cada unidade e baseada na discussão teórica/prática dos temas propostos. Estudo de Casos.

Avaliação de aprendizagem

Período: 18 a 24 de setembro

CH: 08 horas

OBJETIVOS:

De forma geral, a finalidade do curso é aplicar os elementos fundamentais do direito notarial e registral no exercício das atividades de natureza jurisdicional, administrativa ou fiscalizatória.

De forma específica, o objetivo é proporcionar ao magistrado o desenvolvimento de competências para que possa:

- Identificar a natureza e a importância da Atividade Notarial e Registral, demonstrando compreensão sobre a legislação pertinente à espécie, de modo a desempenhar as funções jurisdicional, administrativa ou fiscalizatória;
- Analisar os aspectos das atividades de registro civil das pessoas naturais, das pessoas jurídicas e dos títulos e documentos, de notas e protestos e de registro imobiliário, de modo a identificar os principais pontos de vulnerabilidade com potencial para ensejar atuação correccional; e
- Sistematizar plano correccional identificando os pontos positivos ou de vulnerabilidade observados nas diversas atribuições dos serviços notariais e registrais adotando medidas cabíveis na busca da excelência e favorecendo o acesso à justiça.

BIBLIOGRAFIA:

AMORIM, Edgar Carlos de. O Juiz e a aplicação das leis e registros públicos. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

BALBINO FILHO, Nicolau. Registro de imóveis. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 1999. _____ . Direito Imobiliário Registral. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2001

BERENICE DIAS, Maria. Instituto Brasileiro de Direito de Família, R. 42, 2007.

BOLZANI, Henrique. A responsabilidade civil dos notários e registradores. São Paulo, LTr, 2007.

BRANDELLI, Leonardo. A função econômica e social do registro de imóveis diante do fenômeno da despatrimonialização do direito civil. Boletim do IRIB em Revista. São Paulo, v. 323, p. 48-61, 2005. Disponível em acesso em 17 de abril 2017.

_____. Atuação notarial em uma economia de mercado. A tutela do hipossuficiente. Revista de Direito Imobiliário, São Paulo, n. 52, p. 165-208, jan./jun. 2002.

_____. Teoria geral do direito notarial. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

CENEVIVA, Walter. Lei dos notários e registradores comentada (Lei n. 8.935/94). 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

CARVALHO, Afrânio de. Registro de Imóveis. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

CENEVIVA, Walter. Lei dos Registros Públicos Comentada. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

COMASSETTO, Mírian Saccol. A função notarial como forma da prevenção de litígios. Porto Alegre: Norton, 2002. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Justiça em números. Brasília, 2013. Disponível em: <

ftp://ftp.cnj.jus.br/Justica_em_Numeros/relatorio_jn2014.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2017.

- DIPP, Ricardo. Registros Públicos e Legislação Completa. Editora Millenium. _____ . Registros Públicos e Legislação Correlata. Revista dos Tribunais. 4Ed., 2015
- EMILIASI, Dematrios. Lei de Registros Públicos Comentada. BH Editora Leme, 2016
- ERPEN, Décio Antonio; PAIVA, João Pedro Lamana. Princípios do Registro Imobiliário Formal. In: DIP, Ricardo (Coord.). et. al. Introdução ao direito notarial e registral. Porto Alegre: IRIB/Fabris, 2004
- FILHO, Nicolau Balbino. Direito Registral Imobiliário, 1ª edição, São Paulo/SP: editora Saraiva, 2001.
- KUMPEL, Victor Frederico. Peças Fundamentais Notariais e Registrais. 1 ed. São Palo: YK Editora, 2014.
- LIMA, Rogério Medeiros Garcia de. Princípios da Administração Pública: reflexos nos serviços notariais e de registro, Revista Autêntica, edição n.º 02, Belo Horizonte/MG: editora Lastro, 2003.
- LOUREIRO, Luiz Guilherme. Registros Públicos: teoria e prática. 5ª ed. RJ: Forense; SP: Método, 2014.
- LOUREIRO FILHO, Lair da Silva; LOUREIRO, Claudia Regina de Oliveira Magalhães da Silva. Notas e Registros Públicos. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- MALUF, Aflaton Castanheira. Legislação Notarial e Registral Anotada e Comentada. BH editora. 2012.
- MARTINS, Cláudio. Teoria e Prática dos Atos Notariais. Rio de Janeiro : Forense
- PARIZATTO, João Roberto. Serviços notariais e de registro. Brasília-DF: Livraria e Editora Brasília Jurídica, 1995.
- REZENDE, Afonso Celso Furtado de. CHAVES, Carlos Fernando Brasil. Tabelionato de Notas e o Notário Perfeito. 6. Ed.Campinas, SP: Millennium Editora, 2010.
- REGO, Paulo Roberto de Carvalho. Registros públicos e notas. Porto Alegre: Safe, 2004.
- RODRIGUES, Marcelo Guimarães. Tratado de registros públicos e direito notarial. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- SANTOS, Flauzilino Araújo. Condomínios e Incorporações no Registro de Imóveis. Teoria e Prática. São Paulo: Editora Mirante, 2012.
- SERPA LOPES, Miguel Maria de. Tratado dos Registros Públicos. V. VII. 3ª Ed. Brasília: Jurídica, 1962.
- SILVA, João Teodoro da. Serventias Judiciais e Extrajudiciais, Belo Horizonte/MG: editora Serjus, 1999.